

Relatório

Registo de descrição

Data relatório

2025-03-18

Registo

PT/BP/IGCS-SC - Sousa, Cruz & Companhia, Limitada

Nível de descrição	SF
Código de referência	PT/BP/IGCS-SC
Código de referência Nyron	IGCS/SC
Título	Sousa, Cruz & Companhia, Limitada
Datas de produção	1921-09-17 - 1971-12-14
Dimensão e suporte	1 Caixa ; Papel
Entidade detentora	Banco de Portugal

História administrativa/biográfica/familiar

A firma Sousa, Cruz & Companhia, Limitada nasceu do desenvolvimento da atividade iniciada pela firma Piñol, Sousa, Cruz, Limitada. Esta, com a sede na Praça da Liberdade, no Porto, foi juridicamente criada como sociedade por quotas, em 19 de março de 1921, com o capital social de 350.000\$00. Foram sócios fundadores, António Sales de Macedo, Luís Plácido de Sousa, Alfredo Gonçalves Viegas, José Luis Piñol, João Pedro Sobral Mendes, Arlindo Barata, Pedro Paulo de Melo, José Augusto de Sousa, Francisco Leite Arriscado, Francisco Pereira Balga, Eduardo Mendes Quelhas, Sebastião Lopes da Cruz, Azuil Augusto Soares e Roberto Costa, tendo cada um dos sócios a quota de 25.000\$00. O objeto social centrava-se na exploração do negócio bancário.

A 17 de setembro desse ano, a firma Piñol, Sousa, Cruz, Limitada, ao abrigo das disposições legais vigentes, requere a devida autorização para o exercício da atividade cambista, a qual é deferida por Despacho de 19 de setembro de 1921, tendo a firma sido caucionada em 150.000\$00. Por modificação estatutária de 29 de novembro de 1921, saíram da sociedade António Macedo, Luís Plácido de Sousa, Alfredo Gonçalves Viegas, José Piñol, João Mendes, Arlindo Barata e Pedro de Melo. As suas quotas foram distribuídas por Sebastião Lopes da Cruz, por Francisco Balga e por José Augusto de Sousa, mantendo-se os restantes membros associados.

Em 28 de janeiro de 1922 o pacto social é novamente alterado por escritura realizada nas notas de José Ponce de Leão. Com esta alteração, o nome da firma é modificado para Sousa, Cruz e Companhia, Limitada e o capital social é elevado a 600.000\$00.

Entrou também um novo sócio, ficando a estrutura societária composta por José Augusto de Sousa, Francisco Leite Arriscado, Francisco Pereira Balga, Eduardo Mendes Quelhas, Sebastião Lopes da Cruz, Azuil Augusto Soares, Roberto Costa e por Ernesto António Lopes. O objeto social foi atualizado, ficando centrado no negócio de comissões, consignações, câmbios e papéis de crédito.

Com a atualização do pacto social, em 29 de janeiro de 1923 foi requerido junto da tutela a transferência da autorização para o exercício da indústria de câmbios e a caução anteriormente concedida à firma Piñol, Sousa, Cruz, Limitada, para a nova firma.

Esta pretensão é deferida por Despacho de 10 de março de 1923.

Em 14 de abril de 1923, é requerida autorização para a elevação da caução cambista para os 500.000\$00.

Em 02 de maio de 1922, 23 de agosto de 1922, 01 de abril de 1924 e 08 de abril de 1924 os pactos sociais da firma foram novamente alterados por cessão de quotas e a entrada de novos sócios.

O desenvolvimento da atividade bancária permitiu que, em 22 de abril de 1929, de acordo com a autorização concedida pela Portaria de 05 de fevereiro, a casa bancária tivesse aberto uma filial em Matosinhos. Também nesta data, a rede de correspondentes da casa bancária encontrava-se já expandida por todo o território continental e insular.

A conjuntura favorável que a instituição conheceu foi interrompida pelas consequências advindas da Grande Depressão de 1929 que, com a paralisação dos negócios, a falta de moeda em circulação e a desconfiança generalizada da população no sistema bancário criaram graves problemas às instituições financeiras da praça portuense.

A firma com boa reputação e com uma gestão cuidada ultrapassou sem grandes dificuldades os momentos mais difíceis da crise.

Os anos da II Grande Guerra trouxeram nova estagnação à praça do norte e aos negócios. Contudo o importante apoio que a firma prestava à indústria de pesca e conservas da região permitiram-lhe superar as dificuldades. Com a recuperação do pós-guerra, a economia nacional teve um período de ascensão, acompanhado pelo progresso de grande parte das instituições financeiras.

Contudo, os lucros da casa Sousa, Cruz & Companhia, Limitada não conseguiam acompanhar o ritmo de progresso da economia nacional. O aumento de capital tardava em acontecer. Somente em 23 de dezembro de 1953, a situação ficou regularizada.

Com o capital reforçado e aproveitando a conjuntura favorável que o setor financeiro beneficiou na década de 60, a casa bancária manteve a sua atividade mas a um ritmo lento, fruto do seu regionalismo. A década de 60 e 70 foram épocas de forte concentração de capitais, privilegiando a fusão de pequenas instituições financeiras em grupos financeiros de maior amplitude. Neste sentido, em 07 de junho de 1971 iniciaram-se as conversações para a junção da casa bancária portuense com a casa lisboeta Augustine, Reis & Companhia. Foi superiormente requerida a fusão das duas casas bancárias e a sua posterior conversão numa sociedade anónima de responsabilidade limitada sob a designação de Banco Intercontinental Português.

A fusão requerida foi autorizada por Portaria de 07 de março de 1972, publicada no Diário do Governo, III série, de 14 de março. Por escritura lavrada no dia 14 de março de 1972, no 12º Cartório Notarial de Lisboa (Diário do Governo, III série, de 08 de abril de 1972), nasceu o Banco Intercontinental Português, SARL, sediado em Lisboa e com filial aberta nas antigas instalações da casa Sousa, Cruz & Companhia, Limitada, na Praça da República, no Porto.

Sistema de organização

Cronológico

Existência e localização de cópias

Nenhuma

Unidades de descrição relacionadas

Para informações posteriores consultar IGCS/AR - Augustine, Reis & Companhia e BP/SB/BIPOR - Banco Intercontinental Português.